

Rolagem iria prejudicar a maioria

BRASÍLIA — A extensão aos estados e municípios das mesmas condições de rolagem da dívida externa obtidas pela União dos bancos credores prejudicaria a maioria dos governos devedores, principalmente os das regiões mais pobres. O maior beneficiário seria o governo de São Paulo, que concentra a maior parte do endividamento externo, depois da União.

Essa é a avaliação técnica dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento sobre a tese defendida pelo governador paulista, Orestes Quércia. De acordo com dados preliminares, em alguns casos, estados e municípios teriam o limite de rolagem reduzido dos atuais 75% para 49%. E mesmo que fosse possível alterar o limite de rolagem — de 25% dos encargos que vencem este ano — a decisão é da competência do Congresso Nacional.

A primeira grande diferença entre as condições do acordo da dívida externa assinado pelo governo federal e o exigido de estados e municípios é que a União se comprometeu a pagar os juros devidos este ano, o que não se aplica aos governos estaduais e municipais, diz um técnico do governo.

Se o governo federal concordasse em aumentar o limite de rolagem das dívidas estaduais e municipais, a decisão não poderia afetar a meta de déficit público acertada com o FMI, do contrário o acordo da dívida seria rompido, explica um técnico do governo.

Também há dúvidas sobre as condições em que o Congresso poderia alterar o limite de rolagem. A nova Constituição permite ao Congresso alterar o orçamento, desde que indique as fontes de receita necessárias à cobertura das novas despesas. Assim, a alteração do limite de rolagem — incluída no orçamento de crédito — teria de ser compensada com cortes nas demais rubricas desse orçamento ou ser coberta com nova emissão de títulos. E tudo teria de ser feito sem alterar o limite global do déficit público acertado com o FMI, sob pena do rompimento do acordo com os bancos credores.